

# ESTUDO PARA O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE ACESSO PÚBLICO AOS FOLHETOS DE CORDEL EM MEIO DIGITAL<sup>1</sup>

E-mail:  
joao.borges.paranhos@gmail.com  
jose.gustavo@outlook.com  
dilzabastos@gmail.com  
leticiakrauss@gmail.com  
nemersylvia@gmail.com

João Paulo Paranhos<sup>2</sup>, José Gustavo Corrêa<sup>3</sup>, Dilza Ramos Bastos<sup>4</sup>, Letícia Krauss, Sylvia Nemer<sup>5</sup>

## RESUMO

A partir de uma breve descrição da trajetória dos estudos sobre a Literatura de Cordel e sobre a formação da coleção de folhetos, na Fundação Casa de Rui Barbosa, o trabalho relata o desenvolvimento da pesquisa em seu primeiro ano, tendo sido delimitada a amostra com foco na produção do poeta Leandro Gomes de Barros a partir de considerações levantadas durante a leitura de trabalhos sobre esse tipo de literatura e a legislação do Direito autoral. A análise foi pautada na investigação de dados biográficos de autores, numa tentativa de descobrir a autoria original dos títulos selecionados. As buscas foram, sobretudo, realizadas em bases de dados de autoridade, nos catálogos de autoridade da Biblioteca do Congresso Americano, da Biblioteca Nacional (BR) e do VIAF (The Virtual International Authority File). Os resultados parciais apresentaram alguns pontos determinantes na caracterização de uma futura política de acesso aos folhetos de cordel da Fundação, em especial a diferença da natureza jurídica entre os folhetos em domínio público e reedições por editoras contemporâneas protegidas por direitos autorais. Nesse sentido, se constatou que obras de Leandro Gomes de Barros foram

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

<sup>2</sup> Mestrando em Memória e Acervos no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos e bolsista no Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na área da Cultura, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Graduando Licenciatura Plena em Pedagogia pela Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atua com instrumentos teóricos e práticos voltados à difusão, acesso e uso do patrimônio documental material e imaterial ligados a Arte e Cultura Popular brasileira. Também trabalha com Arte-Educação, a partir de projetos de Capoeira, principalmente com crianças com deficiência.

<sup>3</sup> Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio IBICT/UFRJ. Especialista em Gestão de Documentos Jurídicos pela Faculdade Unyleya e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É bibliotecário do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), diretor do Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro (GIDJ/RJ) e bolsista de pesquisa do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na área da Cultura, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Tem como área de interesse os seguintes temas: Biblioteconomia Jurídica, Acesso Público à Informação, Direito Autoral e Informação Jurídica.

<sup>4</sup> Doutoranda em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2015- ). Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF (2006). Especialista em Docência Superior pelo ISEP (2000). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela UFF (1977). Professora do Ensino Fundamental pelo Instituto de Educação/RJ (1973). Possui experiência na área de gestão da informação, atuando principalmente em análise documentária e representação da informação em sistemas informatizados. Foi bibliotecária do Departamento Regional, do SENAI/RJ (1985-1999), chefiando a Divisão de Documentação e Informação Tecnológica do Centro de Tecnologia Euvaldo Lodi, no período de 1989-1999. Participou na elaboração e no desenvolvimento de diversos projetos voltados à gestão da informação, tendo como referencial os princípios da Qualidade Total. Em 2002, ingressou como servidora pública na Fundação Casa de Rui Barbosa, passando a chefiar o Serviço de Biblioteca da instituição em setembro de 2008.

<sup>5</sup> Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/FIOCRUZ). Mestre em Biblioteconomia pela UNIRIO. Atua como Bibliotecária (cargo de Tecnologista em Ciência e Tecnologia) no Serviço de Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa desde abril/2016. Tem interesse nos seguintes temas: Bibliotecas particulares/pessoais e Memória; Bibliotecas de museus-casas; Biblioteca como Lugar de saber; Patrimônio bibliográfico; Representação descritiva e temática de folhetos de cordel em base de dados descritiva.

publicadas com a indicação de diversas autorias e não somente são atribuídas ao cordelista João Martins de Athayde. Portanto, o artigo ressalta a complexidade da Literatura de cordel em relação aos direitos autorais e aponta para a necessidade de maior aprofundamento na investigação, tendo em vista possibilitar a elaboração de critérios norteadores para a identificação e registro de autorias da forma mais correta possível.

**Palavras-chave:** Literatura de cordel. Direito autoral. Controle de autoridade.

## *ABSTRACT*

From a brief description of the trajectory of studies on cordel literature (street/popular literature) and on the formation of the collection of chapbooks at Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), this article reports the development of the research in its first year, having delimited the sample with a focus on production of the poet Leandro Gomes de Barros from considerations raised during the reading of works on literature and copyright legislation. The analysis was made in the investigation of authors' biographical data, in an attempt to discover the original authorship of the selected titles. The searches were made in authority databases, in the authority catalogs of the American Library of Congress, the Brazilian National Library and the Virtual International Authority File (VIAF). The results presented some determining points in the characterization of a future policy of public access to the cordel literature collection of the FCRB, especially the difference in the legal nature between the chapbooks in public domain and the ones reissued by contemporary publishers, which are protected by copyright. In this sense, it was found out that the collection of works by Leandro Gomes Barros were published with indication of other authors and not only attributed to João Martins de Athayde. Therefore, the article highlights the complexity of cordel literature in relation to copyright and points out to the need for greater depth in the investigation, with a view to developing correct criteria to identification and register of authorship in the most correct possible way.

**Keywords:** Cordel literature. Street literature. Copyright. Authority control.

## *1 INTRODUÇÃO*

A partir da década de 1960, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) vem desenvolvendo um conjunto de medidas para a promoção da literatura de cordel sob o título *Literatura Popular em Verso*. Esse empreendimento compreende levantamentos bibliográficos e a organização de coleções preservando preciosos documentos que poderiam se perder por deterioração ou esquecimento. Nesse sentido, além da publicação de uma extensa bibliografia, desde então a FCRB vem formando um acervo composto por uma ampla coleção de folhetos de cordel, tacos e matrizes de gravuras, impressões de gravuras, catálogos, antologias e estudos especializados (FCRB, 2019).

Promover e preservar esse acervo objetiva também dar acesso público a ele pela internet, pois a conversão em documento digital amplia exponencialmente sua consulta e evita maior desgaste dos originais. Entretanto, a composição da coleção digital de folhetos de cordel requer estudo da legislação referente aos direitos autorais. As questões neste âmbito são complexas devido à natureza dessa literatura e da sua evolução, principalmente no período dos cordelistas da primeira geração (1900 – 1920/30).

Atualmente, ações vêm sendo implementadas para ampliar o conhecimento sobre esse acervo, retomando, de certa forma, o estudo da Literatura de Cordel, anteriormente desenvolvido por pesquisadores da FCRB, desde os anos 1960. Em agosto de 2018, foi iniciado um projeto de pesquisa com essa finalidade, em especial sobre a documentação primária e objetos tridimensionais relacionados, que foram preservados e transferidos do Centro de Pesquisa para o Serviço de Biblioteca, do Centro de Memória e Informação. Com esse embasamento, a descrição bibliográfica e a indexação foram também estudadas e critérios foram elaborados resultando em um conjunto de considerações e exemplos para a representação das informações nos sistemas de bases de dados referenciais e digitais, de forma específica. O projeto foi concluído em agosto de 2020, com ótimos resultados na revisão dos registros bibliográficos na base de dados denominada Biblioteca São Clemente e no levantamento minucioso da documentação primária.

Ainda em dezembro de 2020, um novo projeto foi iniciado com o objetivo de elaborar critérios norteadores para propor uma política de acesso público à coleção digital de folhetos de cordel, a partir do estudo da lei dos direitos autorais e dos padrões de representação da informação em bases de dados descritivas e digitais. Para tal, o projeto, ainda em desenvolvimento, busca se deter mais profundamente na legislação dos direitos autorais visando o acesso público a esse acervo; conhecer em maior detalhamento as normas padronizadas de representação de nomes na literatura de cordel (controle de autoridade); e analisar uma amostra do acervo de folhetos, com base na fundamentação dada pela literatura que vem sendo consultada sobre cordel e sobre direito autoral.

Este artigo tem como objetivo informar sobre o desenvolvimento dessa recente pesquisa, comentar as principais abordagens teóricas estudadas e apresentar as considerações elaboradas nos doze primeiros meses do seu desenvolvimento.

## *2 O MÉTODO ESTABELECIDO NA PESQUISA*

A partir de um levantamento bibliográfico sobre a literatura de cordel, sobre a lei de direitos autorais e de textos que tratam dessa legislação, seguiu-se à leitura das obras identificadas e uma seleção para aprofundamento do seu estudo.

O levantamento bibliográfico foi realizado em diferentes fontes de informação, iniciando-se por buscas em bases de dados de grande abrangência, tais como o Portal de periódicos da CAPES e o Google Scholar. Em seguida, foram também utilizadas bases de dados mais específicas na área jurídica, como a HeinOnline, a Fórum Conhecimento, a JSTOR e a Revista dos Tribunais.

No que diz respeito ao controle de autoridade, foi realizada a conferência de mais de 300 nomes pessoais, de um total de 900 autores inseridos na base de dados descritiva dos acervos bibliográficos da FCRB e feita a comparação com os registros de autoridade constantes no catálogo da Fundação Biblioteca Nacional. Como fontes complementares foram também consultados os catálogos da Université de Poitiers (França) e os catálogos da Biblioteca do Congresso Americano. O controle de autoridade ajuda a reduzir atribuições errôneas de autoria, questão muito sensível na Literatura de Cordel.

O estabelecimento da amostra da pesquisa se focou na produção do poeta Leandro Gomes de Barros, com base nos seguintes critérios: Leandro Gomes de Barros é considerado um dos pioneiros da Literatura de Cordel no Brasil, e um dos maiores poetas do gênero; Leandro faz parte da primeira geração de cordelistas e, conseqüentemente, sua obra está em domínio público; e sua obra possui um conhecido histórico de plágio. Este último critério fundamenta-se na concepção apresentada por Maia (2018, p. [8]), ao afirmar que “a autoria no

cordel se caracteriza em três perspectivas - o ineditismo, o plágio e a intertextualidade, quando o documento perpassa o processo de ressignificação autoral.”

Nesse sentido, dentre as análises feitas a partir da amostra delimitada, foi realizada a busca dos títulos atribuídos a Leandro em diferentes bases de dados descritivas: a própria base da FCRB, a base da Universidade de Poitiers e a base do acervo António Nóbrega. O objetivo era descobrir se os títulos em questão também estariam atribuídos a outros autores nos acervos pesquisados. Foram encontrados 58 títulos atribuídos a Leandro que também possuem autoria atribuída a outros cordelistas, resultando na identificação de 16 autores: João Martins de Athayde (1880-1959), José Pacheco (1890-1954), Rodolfo Coelho Cavalcante (1919-1986), Paulo Nunes Batista (1924-2019), Maria de Fátima Silva, José Camelo (1885-1964), José Bernardo da Silva (1893-1971), Afonso Durval, Pacífico Pacato Cordeiro Manso (1865-1931), Manoel Pereira Sobrinho (1918-1996), Manuel Tomás de Assis, Minelvinho Francisco da Silva (1926-1999), Firmino Teixeira do Amaral (1886-1926), Expedito Freire da Silva, Alfredo Pessoa de Lima e Enéias Tavares dos Santos (1931-).

A esse trabalho seguiu-se a pesquisa por detalhes biográficos dos autores identificados, sobretudo datas de nascimento e de morte, numa tentativa de descobrir quem, de fato, publicou originalmente o título. Esses dados foram pesquisados sobretudo em bases de dados de autoridade, como os catálogos de autoridade da Biblioteca do Congresso Americano, da Fundação Biblioteca Nacional e através do VIAF (The Virtual International Authority File).

Também foi realizada uma busca por trabalhos que fizessem menção aos títulos encontrados com autoria dada a Leandro e a outros autores. Buscou-se averiguar se nesses trabalhos havia algum tipo de informação que revelasse o autor original das obras. Essa investigação foi efetuada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Todavia, das dissertações/teses recuperadas, nenhuma problematiza profundamente a questão da autoria das obras abrangidas, creditando-as inequivocamente a Leandro.

### *3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICAS ESTUDADAS*

Entende-se que para todo artista é importante o reconhecimento de sua obra. Publicações que possuem um controle institucionalizado de produção, como livros e periódicos, possuem um processo de atribuição de direitos sobre a obra menos complexo. Para Gaudêncio, Dias e Albuquerque (2015, p. 101) “historicamente, os poetas de cordel sempre tiveram que conviver com o problema do plágio, desafiando seus direitos de autoria”.

A discussão sobre os direitos autorais gira em torno do momento em que o material também representa uma identidade cultural, que além de possuir seu caráter informativo, formaliza métricas e aspectos que competem a questões da linguística, as quais o reconhecimento do trabalho do autor é imprescindível.

Para tanto, é preciso conhecer as práticas e costumes do passado na literatura de cordel, em relação aos seus correlatos direitos de autor e conexos, assim como elencar os atos jurídicos do presente em relação aos direitos de autor e conexos da literatura. (LIMA; LIMA; DONATO; AZEVEDO, [2013]).

Historicamente os cordelistas disponibilizam suas obras em feiras. Para apresentar a ideia sobre os direitos do cordelista e sua relação de distribuição do seu material consideramos como lugar de memória a Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Para tanto,

nos fundamentamos na abordagem de Nemer, ao realizar uma pesquisa sobre Feira de São Cristóvão apresentada no artigo intitulado “*Feira de São Cristóvão, lugar de memória da migração nordestina na cidade do Rio de Janeiro: considerações acerca de um filme de pesquisa produzido a partir de fontes orais e visuais.*” A pesquisa

colocou em destaque a figura do cordelista, como representante e porta-voz da comunidade frequentadora da Feira, habituada a se reunir em torno das bancas dos poetas para escutar histórias que lhes traziam lembranças da terra natal. Impressas em folhetos de cordel, essas histórias, eram contadas ou cantadas em voz alta pelos cordelistas que misturavam ao repertório tradicional do romanceiro nordestino, narrativas sobre as peripécias dos migrantes no Rio de Janeiro: suas lutas cotidianas para conviver com a sociedade local, sobreviver na cidade grande e preservar sua cultura, ativa nos seus espaços de trabalho e sociabilidade. (NEMER, 2015, p.2)

Se por um lado o reconhecimento do cordelista abrange sua importância, relevância e contato em uma comunidade, atualmente o mundo se rende à comunidade global através do acesso digital. Para Riaudel (2019), o acesso aberto através dos *commons* possibilita o livre compartilhamento dessas informações. O autor distingue situações sobre a disponibilidade do acervo. Na busca de criar uma forma de equalizar o direito autoral e o direito de acesso ao acervo virtual, Riaudel (2019, p. 277) explica que:

[...] foram imaginados diversos estatutos de consulta virtual, como, por exemplo, um estatuto totalmente livre, para os folhetos já no domínio público, e um estatuto de consulta restrita para os demais. Nesse caso, seria disponibilizada a capa do folheto, além de uma possibilidade de busca por palavra, permitindo o acesso a um número de versos limitado em torno da ocorrência. Também se imaginou instalar uma senha para pesquisadores credenciados, sem ferir o princípio de acesso limitado para o grande público.

Riaudel (2019) ainda coloca que, no caso da Biblioteca Virtual de Cordel, as funções e atividades, remuneradas para isso, inscrevem-se no espírito do “serviço público”, ou seja, disponibilização aberta de bens associados ao conhecimento de um patrimônio compartilhado. Contudo, essa é uma posição polêmica, considerando-se os direitos intelectuais e patrimoniais, além das legislações já consolidadas nos diversos países.

#### 4 UM ESTUDO COMPARATIVO

O trabalho contou com uma pesquisa de campo virtual, tendo sido identificado o projeto desenvolvido na Biblioteca Virtual de Cordel (BVC), da Universidade de Poitiers, inaugurada em 2014, ano do centenário de nascimento de Raymond Cantel:

Raymond Cantel (1914-1986), eminente professor e pesquisador francês, lecionou durante anos na Universidade de Poitiers, onde dirigiu a faculdade de Letras e fundou o Centre de Recherches Latino-Américaines (CRLA), antes de concluir sua carreira em Paris na Universidade da Sorbonne. Entre os anos 1950 e 1960, após análises marcantes sobre o padre Antônio Vieira, começou a reunir uma coleção de folhetos, e diversos materiais relativos à literatura de cordel produzida no Brasil (gravações etc.). [...] Foi em grande parte graças ao trabalho de Cantel que a literatura de cordel ganhou reconhecimento internacional e passou a ser vista como tema digno de

estudo por pesquisadores do mundo inteiro. A Universidade de Poitiers desempenhou desde os anos 1990 um papel decisivo na divulgação deste trabalho e na revalorização do cordel em Poitiers, enquanto, paralelamente, começava no Rio de Janeiro a digitalização do acervo da Fundação Casa Rui Barbosa. (UNIVERSITÉ DE POITIERS, [2022]).

O objetivo foi entender, através de um olhar empírico, a forma de disponibilização dos materiais, pois similar ao projeto do site *Cordel: literatura popular em verso*, da FCRB, a Universidade de Poitiers disponibiliza de forma *on-line* o projeto intitulado *Corpus Cordel/Cantel*, que reúne cerca de 4 mil registros bibliográficos de folhetos de cordel. Esse trabalho reuniu a maior coleção francesa e uma das maiores coleções europeias de literatura de cordel brasileira, possuindo também alguns folhetos de outros países como Portugal e França.

Hoje, esse acervo pertence ao CRLA (*Centre de Recherches Latino-Américaines*) desde a doação oficial em 2002, transformando-se também em uma das mais importantes coleções europeias de literatura de cordel brasileira. Segundo a plataforma da BVC, “a valorização deste patrimônio permite interrogar a noção de cultura ‘popular’ e adotar uma perspectiva multidisciplinar quanto à diversidade dos suportes semióticos em jogo: folheto, cantoria, desenho, gravura” (BVC, 2019).

Em pesquisa nessa plataforma, observa-se que além de disponibilizar os registros bibliográficos do acervo de cordel, o acervo digital também pretende disponibilizar o arquivo pessoal de Raymond Cantel, composto de cartas, manuscritos, recortes de jornais, slides, vídeos, gravações sonoras de repentistas.

Portanto, nos primeiros dois meses o projeto se limitou a leituras sobre os cordelistas e sua relação com os direitos autorais, permitindo constatar que o cordel transcende seu lugar na literatura, alcançando um comportamento político e sociocultural inserido num lugar de memória como, por exemplo, a Feira de São Cristóvão.

Desta forma, conforme afirmado por Riaudel (2019), a importância da disponibilização dessa literatura na internet contribui para o trabalho dos pesquisadores. Diante disso, a BVC é apontada como um exemplo de coleção digital que utilizou de maneira proveitosa modelos de disponibilização de conteúdo usando a lei de domínio público e o acesso restrito a outras obras que ainda possuíam direitos autorais.

## 5 CORDEL E SUA COMPLEXIDADE DE AUTORIA E DE REPRODUÇÃO

Durante o estabelecimento da amostra da pesquisa, que culminou na seleção das obras de Leandro Gomes de Barros, como já mencionado, o projeto se deparou com as complexas questões sobre os direitos autorais e a reprodução dos folhetos de cordel. Tendo em vista o objetivo de construir uma política de acesso online aos acervos de cordel da FCRB com vistas à disponibilização na Internet, investigar se as obras do acervo possuíam direitos autorais se mostrava fundamental.

Importante frisar que as versões digitais dos folhetos dos cordelistas da primeira geração (1900 – 1920/30) já haviam sido disponibilizadas no site *Cordel: literatura popular em verso* e, posteriormente, essas obras foram gradativamente inseridas no repositório institucional, considerando-se que estariam em domínio público ou que teriam sido obtidas autorizações dos detentores dos direitos autorais.

Cabe ressaltar, contudo, que existem novas edições e adaptações dessas obras sobre as quais incidem direitos autorais, tendo em vista se constituírem em novas publicações. A Lei

nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 14, Capítulo II, indica que “é titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orchestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.” Desse modo, com base nesse artigo, algumas editoras, tipografias e até mesmo cordelistas se valem desse recurso para proibir o acesso livre às edições por eles publicadas.

Portanto, é imprescindível, na construção de uma política de acesso online a folhetos de cordel, que se observe a presença de publicações dentro desse contexto. Buscou-se compreender tal aspecto na coleção da FCRB, onde foram identificados os folhetos publicados pela editora Luzeiro. Criada a partir da Tipografia Souza, a editora teve como fundador o português José Pinto e tinha como material de venda impressos em folhas soltas de modinhas musicais. Com o falecimento do seu fundador, seus filhos herdaram a então Editora Graphica Souza (antiga Tipografia Souza) e a transformam na Editora Prelúdio que, em 1995, recebe o novo nome de Luzeiro Editora.

Segundo Souza ([2020]), com o passar do tempo a Luzeiro decidiu publicar as histórias brasileiras que estariam em domínio público e que já eram conhecidas e lidas por uma população migrante que chegava em São Paulo. A investigação identificou 126 folhetos publicados pela Luzeiro.

Também foram identificados 210 folhetos editados e publicados por José Bernardo da Silva que ainda guardam direitos autorais. José Bernardo foi um famoso editor e cordelista, sua tipografia (Tipografia São Francisco, depois denominada Lira Nordestina) foi uma das mais célebres casas editoriais do Nordeste, produzindo folhetos até a década de 1980. À época, foi o responsável por adquirir os direitos autorais das obras editadas por João Martins de Athayde.

Foi percebido que grande parte dessas publicações são títulos de autores da primeira e da segunda geração como, por exemplo, "A Donzela *Teodora*", que tem como autor Leandro Gomes de Barros. Contudo, por se tratar de edições novas, essas editoras possuem direitos autorais sobre elas, ainda que o texto original já esteja em domínio público, como os textos de Leandro Gomes de Barros.

Nos títulos recuperados também havia, em vários casos, a indicação de autoria principal dada a João Martins de Athayde. Isso se explica pela compra dos direitos das obras de Leandro feita por Athayde após a morte do primeiro poeta, em 1918.

Segundo Roberto Benjamin (2004), na biografia escrita para o site de cordel da FCRB, intitulada *João Martins de Athayde*, a relação entre João Martins de Athayde e Leandro Gomes de Barros era conturbada. A admiração que Athayde tinha por Leandro não era correspondida e por duas vezes ele foi destrutado na resposta ao folheto intitulado *Discussão de Leandro Gomes de Barros com João Athayde*, ao ser contestado sobre o seu poema intitulado *O marco do meio mundo*.

Isso se confirma com a obra *Peleja João Ataíde com Leandro Gomes* (1956), de propriedade de José Bernardo da Silva. Em resposta a uma cortesia de Athayde, Leandro responde da seguinte forma:

Eu também da mesma forma gosto da sociedade  
Embora que suas frases não tenham sinceridade  
Caiu a sopa no mel pra quem tem vontade.

Quanto aos títulos idênticos em obras de Leandro e de Athayde, Benjamin (2004, p. 1) esclarece que “em 1921, [Athaíde] adquiriu os direitos de publicação de toda a obra de Leandro e iniciou a republicação, inicialmente, se indicando como editor e, posteriormente, retirando a informação da autoria de Leandro”.

De fato, alguns cordelistas tinham essa prática, conforme é amplamente discutido na literatura da área (MAIA, 2018; LIMA *et al*, 2013). Assim, mesmo adquirindo a obra, Athayde não preservou o vínculo com Leandro. A discussão sobre os direitos da obra de Leandro Gomes de Barros torna-se mais intrigante a partir do momento em que se constata que outros proprietários adquiriram as próprias obras de Athayde, com base na mesma política de direitos de publicação, como José Bernardo da Silva.

Uma vez dono dos direitos de João Martins Athayde, José Bernardo da Silva manteve a prática de colocar nos folhetos o próprio nome como Editor Proprietário, mas ao lado de seu nome colocou o nome de João Martins Athayde como autor. Consequentemente, com o tempo, as obras de Leandro Gomes de Barros (e até mesmo de outros autores como José Duda, Pirauá e Delame, por exemplo) foram sendo reconhecidas como obras de João Martins de Athayde.

Esse tipo de confusão se dava porque as noções de direitos morais e direitos patrimoniais não eram observadas nas transações de compra e venda de direitos autorais no início do século XX. Como a atual Lei de Direitos Autorais brasileira menciona, os direitos autorais se dividem em direitos morais e patrimoniais. Os direitos morais abrangem, dentre outros, os direitos de reivindicar a autoria de uma obra e de ter o seu nome indicado como autor quando esta for utilizada. Além disso, os direitos morais são inalienáveis e irrenunciáveis, ou seja, não podem ser vendidos ou renunciados pelo criador de uma obra literária.

Já os direitos patrimoniais são aqueles que versam sobre a exploração econômica da obra intelectual. Abrange, entre outros, o direito de utilização da obra para reprodução, de adaptação para outro formato, de tradução, de criação de uma nova edição etc.

Em outras palavras, os direitos morais de Leandro Gomes de Barros foram desconsiderados a partir do momento em que seus folhetos começaram a ser publicados sem o seu nome e foram sendo atribuídos a outros cordelistas, desde João Athayde Martins (primeiro comprador) até à família de José Bernardo da Silva.

É importante pontuar, contudo, que o que identificamos hoje como plágio nem sempre foi encarado como uma transgressão aos direitos de outros autores. Maia (2018, p. 81) chega a dizer que não existia um sentimento de anormalidade em relação ao plágio durante os séculos XV, XVI e XVII. Ao contrário, a reprodução, tradução e adaptação feita por outros autores era vista como algo benéfico, tendo em vista a consequente disseminação de ideias. Um contexto muito parecido com a falta de controle de reproduções de folhetos de cordel que existiu no Brasil entre o fim do século XIX e o início do século XX.

No entanto, com o passar do tempo a preocupação com os direitos autorais e as reproduções não autorizadas se amplia por parte dos poetas. O registro das obras na Biblioteca Nacional e a utilização de acrósticos são algumas das estratégias dos autores para assegurar a autoria de suas obras. O acróstico apresenta a assinatura do autor através das iniciais da última estrofe dos folhetos e é uma tentativa de assegurar a manutenção de autoria das obras. Isso faz com que seja sempre necessário fazer a observação de pistas nos versos do cordel.

As relações de reprodução e de autoria na Literatura de Cordel são complexas porque somam o plágio, historicamente associado com este tipo de literatura, às relações de compra e venda de direitos autorais que não seguiam o tradicional ritual jurídico que lhes era devido. A pesquisa sobre os direitos de autor e sobre os registros de autoridade dessas obras se mostram como uma forma de (re)descobrir seus verdadeiros autores, restaurando aos verdadeiros criadores intelectuais das obras os seus direitos autorais (sobretudo morais).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro ano da pesquisa foi delimitada uma amostra focada na produção do poeta Leandro Gomes de Barros, a partir de critérios elaborados com base nas leituras de trabalhos sobre a Literatura de cordel e a legislação do direito autoral, tais como: o fato de Leandro Gomes de Barros ser considerado um dos pioneiros da Literatura de cordel no Brasil e um dos maiores poetas deste gênero; o fato de Leandro fazer parte da primeira geração de cordelistas e, conseqüentemente, ter sua obra já disponibilizada em domínio público; e o fato da obra de Leandro possuir um conhecido histórico de plágio.

Os resultados parciais desta etapa de desenvolvimento da pesquisa nos mostram alguns pontos determinantes na caracterização de uma futura política de acesso aos folhetos de cordel da Fundação Casa de Rui Barbosa. Primeiramente, constatou-se a diferença da natureza jurídica entre os folhetos em domínio público e as suas edições reeditadas por editoras contemporâneas, protegidas por direitos autorais. Desta forma, foi possível delimitar parte do acervo que não pode, a princípio, ser disponibilizado na web, como os folhetos publicados pela editora Luzeiro e pelas editoras ligadas a José Bernardo da Silva e sua família.

Um segundo resultado foi a identificação de títulos de autoria de Leandro Gomes de Barros que estavam sendo também atribuídos a outros cordelistas. A identificação destes folhetos nos permitiu observar que as atribuições mencionadas vão além daquelas dadas a João Martins de Athayde (já publicizadas na literatura) e que englobam outros 16 autores. Clarificou-se, ainda, a diferença entre direitos morais e patrimoniais de autor, diferenciação fundamental para a devida transmissão de direitos patrimoniais de autores de folhetos a outras pessoas.

Notou-se também que as dificuldades em lidar com os direitos autorais na literatura de cordel não são exclusividade de instituições brasileiras. Numa rápida comparação com o projeto desenvolvido pela Universidade de Poitiers, pudemos verificar que apesar da universidade francesa possuir mais de 4 mil registros bibliográficos disponíveis na internet, o conteúdo dos folhetos não está disponível integralmente para os pesquisadores — ação que se justifica por conta dos direitos autorais.

A soma dos resultados descritos acima irá balizar a continuidade das investigações a serem realizadas no segundo ano de pesquisa. Espera-se que os dados aqui cotejados sejam a base para a construção de uma maior produção acadêmica sobre o tema e que sirvam de alicerce para o resultado final esperado pela pesquisa, a elaboração de uma política de acesso público aos folhetos de cordel dos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa.

## REFERÊNCIAS

ATHAYDE, J. M. de. *Peleja de João Athayde com Leandro Gomes*. Juazeiro do Norte, CE: José Bernardo da Silva, 1956. 16 p.

BENJAMIN, R. J. M. A. *In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Cordel: literatura popular em verso: poetas e cantadores: João Martins de Ataíde*. FCRB: Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3cQDIji>. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a Legislação sobre Direitos Autorais e dá outras providências (Lei dos Direitos Autorais). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acesso em: 1 abr. 2021.

BIBLIOTECA VIRTUAL CORDEL. *Centre de Recherches Latino-Américaines*. Université de Poitiers, 2014. Disponível em: <http://cordel.edel.univ-poitiers.fr>. Acesso em: 17 jan. 2020.

CARVALHO, G. de. Xilogravura: os percursos da criação popular. *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, v. 39, p.143-158, 1995.

PROENÇA, I. C. *A ideologia do cordel*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM CULTURA, 1., [2013], São Paulo. *Direitos autorais na literatura de cordel: práticas do passado, retóricas do presente*. São Paulo: [s. n.], [2013].

GAUDÊNCIO, S. M.; DIAS, S. M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. Direito do poeta na literatura de cordel: o direito de propriedade em questão. *TransInformação*, Campinas, ano 97-104, v. 27, n. 1, ed. jan./abr, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3SmGX2f>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LIMA, J. A. de A. ; LIMA, V. A. de O. ; DONATO, E. B. de A. ; AZEVEDO, E. J. L. Direitos autorais na literatura de cordel: práticas do passado, retóricas do presente. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM CULTURA, 1., [2013], São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2013. Disponível em: <https://jooademar.com.br/i-ebpc.pdf>. Acesso em 21 jun. 2022.

MAIA, M. E. *Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual*. 2018. 137 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3SxqFUu>. Acesso em: 15 jun. 2022.

NEMER, S. R. B. *Feira de São Cristóvão: contando histórias, tecendo memórias*. 2012. 255 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Q2laeU>. Acesso em: 7 fev. 2021.

NEMER, S.R.B. Feira de São Cristóvão, lugar de memória da migração nordestina na cidade do Rio de Janeiro: considerações acerca de um filme de pesquisa produzido a partir de fontes orais e visuais. In: ENCONTRO NACIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2015, Niterói-RJ. *Anais [...]* Niterói, RJ: UFF, 2015. p. 1-14, Disponível em: <https://bit.ly/3cQoYRs>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RIAUDEL, M. Literatura de cordel e valorização digital: o direito de propriedade em questão. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 72, p. 279-295, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3QbQeIA>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SOUZA, A. R. M. *Editora luzeiro: um estudo de caso*. Campinas, SP: UNICAMP, [2020]. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/raquel.html>. Acesso em: 4. ago. 2022.

UNIVERSITÉ DE POITIERS. Centre de Recherches Latino-Américaines. *Biblioteca Virtual Cordel*. Disponível em: <https://bit.ly/3QbxQAd>. Acesso em: 25 abr 2022